



ADVOGADO

PORTUGUÊS

01. Assinale a única opção cujas palavras completam corretamente as lacunas da sentença:

“O amor às vezes quer um _____, pois o coração sofre toda vez que o sentimento ameaça _____ . É que os amantes, com suas _____, navegam mares revoltos pelas _____ emocionais, mares difíceis de _____.”

- (A) remanço, recrudecer, suscetibilidades, proscelas, singlar;
- (B) remansço, recrudescer, sussetibilidades, prosselas, cingrar;
- (C) remanso, recrudecer, sucetibilidades, procelas, singlar;
- (D) remanso, recrudescer, suscetibilidades, procelas, cingrar;
- (E) remanso, recrudescer, suscetibilidade, procelas, singlar.

02. Analise as assertivas e depois responda à questão proposta.

- I. De acordo com a recente reforma ortográfica, a palavra “heroi” perdeu o acento agudo que ostentava.
- II. A palavra “Luís” recebe acento agudo, pois se trata de uma oxítone terminada em “is”.
- III. “Até” é palavra que recebe acento por ser uma monossílabo tônica terminada em “e”.

- (A) apenas I está correta;
- (B) apenas II está correta;
- (C) apenas III está correta;
- (D) todas as estão corretas;
- (E) todas as estão incorretas.

03. Em face do uso dos porquês, assinale a única opção cujo período ostente emprego correto:

- (A) “Por quê Deus permite que as mães vão-se embora?” (Carlos Drummond de Andrade);
- (B) Noel Rosa explicou o porquê: “Roupa preta é vaidade/ para quem se veste a rigor/ o meu luto é a saudade/ e a saudade não tem cor”;
- (C) “Estou-me a vir/e tu como é que te tens por dentro?/Porquê não te vens também?” (Caetano Veloso);
- (D) “Não sei porque você se foi, tantas saudades eu senti.” (Tim Maia);
- (E) “Eu sem você/Não tenho por quê/Sem você, não sei nem chorar.” (Vinicius de Moraes).

04. Todas as palavras são formadas por aglutinação na opção:

- (A) aguardente, girassol, foto;
- (B) desleal, planície, cobalto;
- (C) água-viva, amoníaco, alface;
- (D) embora, Fonseca, planalto;
- (E) cooptar, micro-ondas, contralto.

05. Considerando as hipóteses de incidência do acento grave (denotativo da crase), analise as assertivas e depois responda à questão proposta.

- I. Voltei à Curitiba dos pinheiros, do leite quente e da polaquinha de Dalton!
- II. Daí à César o que é de César e a Deus o que é de Deus!
- III. Quando o inverno chegar, eu quero estar junto à ti.

- (A) apenas I está correta;
- (B) apenas II está correta;
- (C) apenas III está correta;
- (D) todas as assertivas estão corretas;
- (E) todas as assertivas estão incorretas.

06. “Depois do café, Paulinho pegava o papel do embrulho, alisava, cortava as partes amassadas e esticava o barbante, sempre sob o olhar curioso do irmão Francisco. Paulinho fazia pipas e vendia pela vizinhança, ganhando o dinheirinho que, segundo ele, seria usado para comprar uma camisa do Atlético Paranaense”.

Sintaticamente, os trechos sublinhados devem ser classificados, respectivamente, como:

- (A) Adjunto adverbial de tempo, oração coordenada sindética aditiva, objeto direto, complemento nominal;
- (B) Adjunto adnominal, oração subordinada substantiva aditiva, objeto direto, complemento nominal;
- (C) Aposto explicativo, oração coordenada assindética, objeto direto, predicativo do objeto;
- (D) Aposto explicativo, oração subordinada adverbial de modo, objeto indireto, predicativo do objeto;
- (E) Adjunto adverbial de causa, oração coordenada sindética causal, objeto direto, agente da passiva.

07. “Fracassei em tudo o que tentei na vida. Tentei alfabetizar as crianças brasileiras, não consegui. Tentei salvar os índios, não consegui. Tentei fazer uma universidade séria e fracassei. Tentei fazer o Brasil desenvolver-se autonomamente e fracassei. Mas os fracassos são minhas vitórias. Eu detestaria estar no lugar de quem me venceu.”

(Darcy Ribeiro)

Quanto ao trecho **NÃO** se pode afirmar que:

- (A) a oração “alfabetizar as crianças brasileiras” deve ser classificada como subordinada substantiva objetiva direta reduzida de infinitivo;

- (B) apresenta sujeito indeterminado evidenciado pelo uso da partícula “se”, apassivadora do sujeito;
- (C) em “Mas os fracassos são minhas vitórias”, tem-se conjunção adversativa;
- (D) “Tentei fazer uma universidade séria” - no período, o verbo “tentar” é transitivo direto;
- (E) “... os fracassos são minhas vitórias” - no período, o verbo “ser” é de ligação.
- 08.** Assinale a única opção que apresenta uso de vocativo.
- (A) O São Francisco lá pras bandas da Bahia diz que - dia, menos dia - o sertão vai se acabar.
- (B) Tudo que a gente precisa é isto: fé em Deus e pé na tábua!
- (C) Ainda que eu falasse a língua dos homens e falasse a língua dos anjos, sem amor, eu nada seria.
- (D) Ó minha amada, que olhos os teus!
- (E) A Constituição cidadã - promulgada naquela manhã de cinco de outubro - previa novos direitos e, mais do que isso, restaurava a esperança!
- 09.** Considerando as normas afetas à Regência Verbal, analise as assertivas e responda à questão proposta.
- I. Eu nunca namoraria com uma médica!
- II. Receosa, Nayara gostou do vinho e depois declarou: “ele é ácido demais!”
- III. Assisti o filme sentado numa poltrona desconfortável!
- (A) apenas I está correta;
- (B) apenas II está correta;
- (C) apenas III está correta;
- (D) todas estão corretas;
- (E) todas estão incorretas.
- 10.** Dadas as ocorrências, assinale aquela que estiver em desacordo com as normas gramaticais atinentes à Regência Nominal:
- (A) Raul é incapaz de fazer um gesto grosseiro.
- (B) Os estudantes fizeram apologia da maconha e foram corretamente admoestados.
- (C) Teu comportamento é passível de multa.
- (D) Celso é versado em Química.
- (E) O aluno dedicado conseguiu um triunfo sobre a insípida cartilha.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 11.** “Nos termos do artigo 134 da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, é o órgão do Estado destinado à prestação de assistência jurídica integral e gratuita à população desprovida de recursos para pagar honorários de advogado e os custos de uma postulação ou defesa em processo judicial, ou extrajudicial, ou, ainda, de um aconselhamento jurídico.”

A definição constitucional faz referência à (ao):

- (A) Ministério Público;
- (B) Juizado Especial Cível;
- (C) Juizado Especial Criminal;
- (D) Promotoria Especial de Direitos Civis;
- (E) Defensoria Pública.

- 12.** O Brasil tem experimentado nos últimos anos complexo processo de reformas em sua estrutura decorrente da nova ordem econômica instalada no mundo: o neoliberalismo. Neste contexto, e para satisfazer interesses globalizados, foi realizada a reforma administrativa com a edição da emenda constitucional nº. 19, de 4 de junho de 1998, que, alterando o artigo 37 da CF/88, incluiu no ordenamento jurídico brasileiro, de forma expressa, o princípio da:
- (A) autoexecutoriedade;
- (B) jurisdição contenciosa;
- (C) recepção da norma administrativa ratificada;
- (D) eficiência;
- (E) eficácia.
- 13.** “Ao longo dos últimos anos, vem-se verificando um lento e contínuo processo de reforma da disciplina das licitações públicas. A sistemática original da Lei n. 8.666/93 sofreu diversas alterações.”
- A principal alteração consistiu na:
- (A) introdução do pregão, disciplinado pela Lei nº 10.520/02;
- (B) supressão da tomada de preços, conforme Lei nº 10.903/03;
- (C) proibição de se usar a modalidade convite, quando da aquisição de combustíveis derivados do petróleo;
- (D) possibilidade jurídica de se utilizar a modalidade concorrência sempre que o Administrador entender ser essa a melhor modalidade em face da ampliação de fornecedores potenciais;
- (E) eliminação da fase documental dos certames licitatórios destinados à compra de alimentos perecíveis, desde que todo o processo transcorra sob o estado de sítio ou de calamidade pública.
- 14.** “Pessoas jurídicas de Direito Privado criadas sob a forma de sociedade de economia mista ou empresa pública. Têm por finalidade prestar serviço público que permita exploração no mundo empresarial ou exercer atividade econômica de interesse coletivo. São criadas a partir de autorização por lei específica, tendo o Poder Executivo a responsabilidade de tomar as providências complementares para sua instituição.”
- A definição corresponde às Entidades:
- (A) autárquicas;
- (B) fundacionais;
- (C) paraestatais;
- (D) empresariais;
- (E) estatais.

15. “Há no mundo jurídico dois grandes modelos de controle de constitucionalidade: o europeu - desenvolvido por Hans Kelsen e positivado na Constituição da Áustria de 1º de outubro de 1920 - e o modelo solidificado com a jurisprudência norte-americana, notadamente no julgamento do caso *Marbury versus Madison*, em 1803, com o voto vencedor do Chief of Justice John Marshall.”
Este segundo modelo de controle de constitucionalidade é chamado de:
(A) jurisprudencial;
(B) judicial;
(C) americano;
(D) *Madison’s control of law*;
(E) *John Marshall’s control of law*.
16. “O artigo 5º, XV, da Constituição Federal de 1988, prevê: *É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.*”
Trata-se de norma constitucional de eficácia contida, ou seja, seu alcance é:
(A) reduzido pela legislação infraconstitucional;
(B) complementado por meio de regulamentação que advirá de Lei Ordinária;
(C) suplementado por meio de Decreto Legislativo;
(D) pleno, uma vez que se trata de direito público subjetivo indisponível;
(E) nacional, em face do princípio da territorialidade.
17. Segundo o artigo 104 do Código Civil brasileiro, Lei nº 10.406/2002, um dos elementos de validade que o negócio jurídico requer é:
(A) o recolhimento das taxas, impostos e emolumentos;
(B) a assinatura de duas testemunhas;
(C) agente capaz;
(D) escritura pública;
(E) valor expresso em moeda corrente do país.
18. De acordo com o artigo 579 do Código Civil, é o empréstimo gratuito de coisas não fungíveis e se perfaz com a tradição do objeto:
(A) Adjunção;
(B) Comodato;
(C) Doação com encargo;
(D) Enfitese;
(E) Mútuo.
19. Decorre do artigo 1.231 do Código Civil que a propriedade:
(A) presume-se plena e exclusiva, até prova em contrário;
(B) presume-se plena e exclusiva, se a posse for velha, isto é, contar com duração de ano e dia;
(C) não se presume;
(D) é inalienável;
(E) é imprescritível.
20. “O Código de Processo Civil brasileiro, Lei nº 5.869/73, determina, em seu artigo segundo, que nenhum juiz prestará a tutela jurisdicional senão quando a parte ou o interessado a requerer, nos casos e formas legais”.
Neste artigo, está contido o princípio:
(A) do duplo grau de jurisdição;
(B) do juiz natural;
(C) da inafastabilidade da Jurisdição;
(D) do impulso oficial;
(E) da inércia da Jurisdição.
21. A morte ou perda da capacidade processual de qualquer das partes, de seu representante legal ou de seu procurador, nos termos do artigo 265 do CPC:
(A) extingue o processo;
(B) suspende o processo;
(C) induz litispendência;
(D) induz o reexame necessário pelo Tribunal de Justiça ou Tribunal Superior;
(E) impõe sucumbência recíproca.
22. A confissão, quando emanar de erro, dolo ou coação, pode ser revogada por ação anulatória, se pendente o processo em que foi feita, e por:
(A) mandado de injunção, depois de transitada em julgado a sentença da qual constituir um dos fundamentos;
(B) ação declaratória, depois de transitada em julgado a sentença da qual constituir o único fundamento;
(C) ação rescisória, depois de transitada em julgado a sentença da qual constituir o único fundamento;
(D) mandado de segurança;
(E) recurso de apelação.
23. Segundo o diretor técnico do IBPT, João Olenike, quando uma pessoa compra ou monta uma cesta de chocolates, mais de um terço do valor gasto vai para as mãos do governo. “A cada 100 reais gastos com uma cesta, 35 reais vão para os cofres públicos”, afirma Olenike. Segundo ele, com o fim da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), o percentual de impostos pagos na compra do chocolate caiu 1,2%. “A CPMF incidia em várias fases, do produtor de cacau até a venda.”
A incidência referida por Olenike recebe o nome de:
(A) bitributação;
(B) bis in idem;
(C) progressividade;
(D) efeito cascata;
(E) anatocismo.

24. A Lei nº 5.172/66, Código Tributário Nacional, no artigo 97, determina que a instituição de tributos será estabelecida por:
- (A) Medida Provisória;
 - (B) Lei;
 - (C) Emenda Constitucional;
 - (D) Ato Administrativo;
 - (E) Resolução do Congresso Nacional.
25. *“Para atrair investimentos e gerar mais riquezas e renda para sua região, governos promovem incentivos variados para as empresas (isenção de impostos, criação de infraestrutura e até a construção das instalações das empresas com dinheiro público).”*
- A esse comportamento governamental se dá o nome de:
- (A) liberalismo econômico;
 - (B) intervencionismo estatal;
 - (C) neoliberalismo;
 - (D) compensação fiscal interna;
 - (E) guerra fiscal.
26. O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, que instituiu o Código Penal brasileiro, no artigo 107, determina que o indulto é:
- (A) causa de extinção da punibilidade;
 - (B) forma de livramento condicional;
 - (C) forma de detração penal;
 - (D) causa da extinção da culpabilidade;
 - (E) direito subjetivo público do preso que cumpriu um sexto da pena.
27. *“João, brasileiro, 35 anos, imputável, residente e domiciliado em Niterói-RJ, utilizando-se de computador e arquivos de sua propriedade, por meio de servidor de internet hospedado em território brasileiro, divulgou, em blog criado e mantido por ele, fotos de crianças de 3 a 10 anos.”*
- Agindo assim, João:
- (A) cometeu o crime de pedofilia;
 - (B) cometeu o crime de abuso de menores;
 - (C) cometeu o crime de corrupção de menores;
 - (D) cometeu o crime de atentado violento ao pudor;
 - (E) não cometeu crime.
28. Matar, sob a influência do estado puerperal, o próprio filho, durante o parto ou logo após, configura o crime de:
- (A) Aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento;
 - (B) Aborto provocado por terceiro;
 - (C) Infanticídio;
 - (D) Homicídio;
 - (E) Homicídio privilegiado.
29. Conforme artigo 433 da CLT, o contrato de aprendizagem extinguir-se-á no seu termo ou quando o aprendiz completar:
- (A) 26 (vinte e seis) anos;
 - (B) 24 (vinte e quatro) anos;
 - (C) 20 (vinte) anos;
 - (D) 18 (dezoito) anos;
 - (E) 16 (dezesesseis) anos.
30. O artigo 893 da CLT prevê que das decisões são admissíveis os seguintes recursos, **EXCETO**:
- (A) embargos;
 - (B) recurso ordinário;
 - (C) recurso de revista;
 - (D) agravo;
 - (E) correção parcial.
31. A Lei Orgânica de Quitandinha - ao tratar da Organização Político Administrativa, em geral, e da integridade do Município, especificamente - determina que:
- (A) a integridade do Município é cláusula pétrea, não podendo ser alterada;
 - (B) é mantida a integridade do Município, que só poderá ser alterada mediante a aprovação da população interessada, em plebiscito prévio;
 - (C) é mantida a integridade do Município, que só poderá ser alterada mediante a aprovação da população interessada, em referendo prévio;
 - (D) é mantida a integridade do Município, que só poderá ser alterada mediante emenda à Lei Orgânica desde que com a aprovação de pelo menos dois terços da Câmara Municipal;
 - (E) é mantida a integridade do Município, que só poderá ser alterada mediante emenda à Lei Orgânica desde que com a aprovação de pelo menos dois terços da Câmara Municipal e aprovação posterior da população interessada em referendo.
32. De acordo com o artigo 6º da Lei Orgânica, é competência comum do Município, juntamente com a União e o Estado:
- (A) legislar sobre assuntos de interesse local;
 - (B) instituir e arrecadar tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, com a obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancete nos prazos fixados em lei;
 - (C) adquirir bens, inclusive mediante desapropriação por necessidade, utilidade pública ou por interesse social, na forma da legislação federal;
 - (D) dispor sobre os serviços funerários, administrar os cemitérios públicos e fiscalizar os cemitérios particulares;
 - (E) zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público.

33. Quanto aos servidores públicos municipais, à luz da Lei Orgânica de Quitandinha, **NÃO** se pode afirmar que:
- (A) o Município instituirá, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e plano de carreira para os servidores da administração pública municipal, direta ou indireta;
 - (B) são estáveis, após dois anos de efetivo exercício, os servidores nomeados em virtude de concurso público;
 - (C) ao servidor público em exercício de mandato eletivo não se aplicam as disposições da Constituição Federal;
 - (D) nenhum servidor poderá ser diretor ou integrar conselho de empresa fornecedora, ou que realiza qualquer modalidade de contrato com o Município, sob pena de demissão do serviço público;
 - (E) é vedada a participação de servidores públicos no produto da arrecadação de tributos e multas, inclusive da dívida ativa.
34. A Lei Municipal nº 419/98 - que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município e das Fundações Municipais – logo no seu artigo 3º conceitua: “é o conjunto de atribuições e responsabilidades previsto na estrutura organizacional que deve ser cometido a um funcionário”.
- O conceito se refere à (ao):
- (A) emprego público;
 - (B) exercício;
 - (C) nomeação;
 - (D) cargo público;
 - (E) investidura.
35. O Art. 7º da Lei Municipal nº 419/98 determina que são requisitos básicos para ingresso no serviço público, **EXCETO**:
- (A) a inexistência de antecedentes criminais;
 - (B) a nacionalidade brasileira;
 - (C) o gozo dos direitos políticos;
 - (D) a quitação com as obrigações militares e eleitorais;
 - (E) a idade mínima de 18 (dezoito) anos.
36. O artigo 55, II, da Lei Municipal nº 419/98, fixa que o servidor público será aposentado compulsoriamente aos:
- (A) 55 anos de idade;
 - (B) 60 anos de idade;
 - (C) 65 anos de idade;
 - (D) 70 anos de idade;
 - (E) 80 anos de idade.
37. Integra o rol de tributos de competência municipal, nos termos do Código Tributário de Quitandinha:
- (A) ISS;
 - (B) IPI;
 - (C) IPVA;
 - (D) ICMS;
 - (E) IRPF.
38. Nos termos da Constituição Federal de 1988, mais especificamente de seu artigo 153, **NÃO** compete à União instituir impostos sobre:
- (A) importação de produtos estrangeiros;
 - (B) exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados;
 - (C) renda e proventos de qualquer natureza;
 - (D) produtos artesanais manufaturados;
 - (E) operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários.
39. A Lei Complementar nº 101/2000, apresenta o seguinte conceito: “montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses”.
- Tal definição se refere à (ao):
- (A) dívida pública mobiliária;
 - (B) dívida pública consolidada ou fundada;
 - (C) operação de crédito;
 - (D) concessão de garantia;
 - (E) refinanciamento da dívida mobiliária.
40. Instituído o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, a Lei Complementar nº 123/2006, em seu artigo 17, determina que não poderá recolher os impostos e contribuições na forma do Simples Nacional a microempresa ou a empresa de pequeno porte que:
- (A) possua ações nominativas no mercado mobiliário aberto;
 - (B) não empregue o mínimo exigido por lei de trabalhadores portadores de deficiências físicas (12% do total de empregados);
 - (C) receba aporte anual de capital mobiliário advindo do exterior, sendo admitido o aporte advindo de países do MERCOSUL;
 - (D) receba aporte anual de capital mobiliário advindo do exterior;
 - (E) tenha sócio domiciliado no exterior.